

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.773.895 - RN (2018/0189449-9)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
RECORRENTE : PAULO ROBERTO LEIROS DE SOUZA
ADVOGADO : VENI ROSANGELA GOMES DE SOUSA MACÊDO VIRGÍNIO
- RN005234
RECORRIDO : INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E
TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

DECISÃO

Trata-se de pedido de concessão da gratuidade da justiça formulado por Paulo Roberto Leiros de Souza nos embargos de declaração opostos às e-STJ fls. 289/297.

Sustenta o requerente "não possuir renda suficiente para arcar com o pagamento das custas e demais encargos processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família" (e-STJ fl. 290), conforme declaração de hipossuficiência juntada à e-STJ fl. 297.

Aduz que "é servidor aposentado, tendo sofrido considerável redução salarial com a retirada da gratificação incorporada dos quintos/décimos, além do que atualmente tem elevados gastos com plano de saúde familiar e compra de medicamentos para o tratamento de neoplasia maligna (câncer de próstata), conforme já noticiados nos autos, de sorte que o embargante não possui rendimentos suficientes para arcar com os custos do processo sem comprometimento de suas despesas cotidianas" (e-STJ fl. 291).

Intimado para comprovar a alegada hipossuficiência, o requerente reiterou que não possui condições de arcar com as custas processuais, tendo em vista que sofreu perda salarial com a retirada dos quintos incorporados após julgamento de ação rescisória, o que significou redução salarial na ordem de R\$ 1.852,98 (um mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e noventa e oito centavos). Ademais, aduziu que "através de seu último comprovante de rendimentos, o peticionante demonstra que, além das despesas com plano de saúde e medicamentos, tem seus rendimentos comprometidos com empréstimos consignados, os quais se fizeram urgentes para a sobrevivência de sua família" (e-STJ fl. 316). Por fim, sustentou que possui pesadas e constantes despesas com compra de medicamentos para o tratamento de neoplasia maligna (câncer de próstata), conforme documentos juntados às e-STJ fls. 311/337.

Intimado para se manifestar sobre o pedido, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte requereu o desprovimento do pleito.

É o relatório.

Decido.

A gratuidade da justiça deve ser indeferida.

Com efeito, a jurisprudência deste Tribunal Superior firmou-se no sentido de que cabe ao requerente demonstrar a alteração de sua condição financeira para a obtenção da gratuidade da justiça quando o benefício não foi requerido perante as instâncias ordinárias, bem como nos casos em que a benesse tenha sido anteriormente indeferida, não bastando a mera declaração de hipossuficiência do requerente. Nesse sentido os seguintes precedentes desta Corte Superior:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973.

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INDEFERIMENTO. NOVO PEDIDO. PROVA DE ALTERAÇÃO DA CONDIÇÃO FINANCEIRA. INEXISTÊNCIA. DECISÃO MANTIDA.

1. Considera-se deficiente a fundamentação de recurso especial que alega violação do art. 535 do CPC/1973 e não demonstra, clara e objetivamente, qual ponto omissivo, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido não foi sanado no julgamento dos embargos de declaração. Incidência da Súmula n. 284 do STF.

2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, o benefício da gratuidade da justiça pode ser requerido a qualquer tempo e fase processual, mas, "uma vez indeferido o pedido de assistência judiciária gratuita, somente a comprovação de alteração [da] condição financeira do recorrente poderia alterar a decisão que negou a concessão do benefício" (AgInt no AgInt no REsp 1.744.050/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 04/02/2019).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1064017/SC, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 13/05/2019, DJe 20/05/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PREPARO. AUSÊNCIA. DETERMINAÇÃO DE RECOLHIMENTO EM DOBRO. ART. 1.007, § 4º, DO CPC/15. DIFERIMENTO DO PAGAMENTO DAS CUSTAS AO FINAL DO PROCESSO. PREVISÃO EM LEI ESTADUAL. INAPLICABILIDADE AO STJ. GRATUIDADE DE JUSTIÇA REVOGADA. RENOVAÇÃO DO PEDIDO. ALTERAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE. EFEITO RETROATIVO DO BENEFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Cuida-se de agravo interno interposto contra a decisão que determinou a intimação do agravante para o recolhimento em dobro do preparo, sob pena de não conhecimento do recurso ordinário por deserção.

2. Nos termos do art. 1.007, § 4º, do CPC/2015, "o recorrente que não comprovar, no ato de interposição do recurso, o recolhimento do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, será intimado, na pessoa de seu advogado, para realizar o recolhimento em dobro, sob pena de deserção".

3. O diferimento do pagamento das custas judiciais ao final do processo, regulamentada por Lei Estadual, não dispensa a parte do pagamento das custas devidas ao STJ, que possuem natureza de taxa federal. Caso contrário, criar-se-ia hipótese de isenção heterônoma, o que é vedado pela Constituição Federal. Precedentes.

4. Conquanto se admita a renovação do pedido de gratuidade de justiça em qualquer grau de jurisdição, compete à parte requerente, uma vez revogado o benefício nas instâncias ordinárias, comprovar efetiva mudança na sua situação econômico-financeira, o que não ocorreu na espécie.

5. De todo modo, eventual concessão da gratuidade na presente fase processual não teria efeito retroativo a eximir a parte do recolhimento do preparo do recurso ordinário. Precedentes.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AgInt no RMS 56.010/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/03/2019, DJe 27/03/2019)

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. JUSTIÇA GRATUITA. INDEFERIMENTO. ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - Para ser agraciado com o benefício da justiça gratuita, previsto na Lei n. 1.060/1950, faz-se necessária apenas a declaração da hipossuficiência, devendo o juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, julgá-lo de plano.

III - Uma vez indeferido o pedido de assistência judiciária gratuita, somente a comprovação de alteração condição financeira do recorrente poderia alterar a decisão que negou a concessão do benefício. Dessa forma, o tribunal de origem, após minucioso exame dos elementos fáticos contidos nos autos, consignou a ausência da hipossuficiência do recorrente.

IV - Rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal e reconhecer que houve a modificação da situação econômica do recorrente com o objetivo da concessão da AJG, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7 desta Corte.

V - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

VI - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VII - Agravo Interno improvido.

(AgInt no AgInt no REsp 1744050/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 04/02/2019)

PROCESSUAL CIVIL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. BENEFÍCIO POSTULADO NO CURSO DO PROCESSO. COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA. NECESSIDADE. EFICÁCIA EX NUNC.

1. Conforme pacífico entendimento jurisprudencial deste Tribunal Superior, o pedido de gratuidade de justiça formulado no curso do processo, na vigência do art. 6º da Lei n. 1.060/1950, tinha seu deferimento condicionado à análise, pelo magistrado, das provas a serem apresentadas pelo requerente e a eficácia da decisão de concessão possuía efeitos ex nunc.

2. Hipótese em que o TRF da 3ª Região decidiu: "[...] em sendo requerido o benefício da assistência judiciária, no curso da demanda, incumbe ao requerente a comprovação da alteração de sua situação econômica, o que não ocorreu no presente caso [...] o agravante, ao ajuizar a ação originária não formulou pedido de justiça gratuita, tendo, inclusive, efetuado o recolhimento das custas iniciais [...] ainda que houvesse comprovação da alteração da situação econômica do agravante, a concessão do benefício não teria o condão de produzir efeitos em relação à caução exigida no momento do ajuizamento da ação, oportunidade em que não foram

Superior Tribunal de Justiça

requeridos os benefícios da justiça gratuita".

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1448570/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 24/04/2018)

No presente caso, o requerente não comprovou a alteração de sua condição financeira para a obtenção da gratuidade da justiça.

Importante destacar que o requerente não pleiteou a gratuidade da justiça nas instâncias ordinárias, e intimado para recolher o preparo do recurso especial, efetuou o pagamento em 21/11/2018, conforme comprovante juntado à e-STJ fl. 242.

A redução salarial alegada ocorreu em junho de 2017, conforme ficha financeira referente ao ano de 2017 acostada às e-STJ fls. 320/323, ou seja, em momento anterior ao recolhimento do preparo do recurso especial.

Ademais, o requerente não comprovou o alegado gasto extraordinário com plano de saúde, não juntando aos autos comprovante recente de pagamento do plano.

Por fim, os gastos com medicamentos apresentados também não justificam a concessão da benesse, especialmente diante dos proventos recebidos pelo requerente, que auferiu mais de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) brutos no mês de agosto de 2019, sendo o valor líquido correspondente a R\$ 9.981,61 (nove mil, novecentos e noventa e um reais e sessenta e um centavos), conforme contracheque juntado à e-STJ fl. 319.

Desta forma, indefiro o pedido da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Após, voltem os autos conclusos para julgamento dos embargos de declaração opostos às e-STJ fls. 289/297.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator